



Carlos A. M. Gouveia

Vania Lúcia Rodrigues Dutra e Sara Regina Scotta Cabral entrevistam o linguista português Carlos A. M. Gouveia, pesquisador e Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador no Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA-ILTEC) da Universidade de Coimbra.

Vania Lúcia Rodrigues Dutra and Sara Regina Scotta Cabral interview the Portuguese linguist Carlos A. M. Gouveia, researcher and Associate Professor with Aggregation at the Faculty of Arts of the University of Lisbon and researcher at the Center for Studies in General and Applied Linguistics (CELGA-ILTEC) at the University of Coimbra.

O Professor Dr. CARLOS ALBERTO MARQUES GOUVEIA é um linguista que tem se destacado na investigação da língua portuguesa em uma perspectiva sistêmico-funcional. Autor de livros, capítulos e artigos de grande interesse na área, tem prestado inúmeras contribuições para o desenvolvimento dessa vertente teórica no Brasil, influenciando inúmeros investigadores brasileiros, como doutorandos e pós-doutorandos em jornadas de estudos em Portugal. Seus trabalhos têm como foco principal a Análise do Discurso, a teoria de Gênero e Registro, a Gramática Sistêmico-Funcional e a Pedagogia baseada em Gêneros. Também tem atuado como conferencista em eventos em todo o Brasil e ministrado inúmeros cursos de formação em terras brasileiras e europeias.

Durante muitos anos, atuou em parceria com a Professora Dra. Leila Barbara (PUC-SP), da qual também é grande amigo. Essa reunião de dois pesquisadores de grande importância para o estudo de abordagem funcionalista da língua portuguesa rendeu poderosos frutos para a disseminação da teoria no Brasil. Guardadas as especificidades contextuais – um oceano os separa e os une ao mesmo tempo –, o trabalho conjunto expandiu-se no Brasil, e o interesse pelas pesquisas sobre o funcionamento da língua portuguesa só tem aumentado. Isso porque, conforme declarado aqui mesmo pelo entrevistado, a aplicação de uma teoria, no caso a sistêmico-funcional, sempre deve consistir em uma adaptação, ou, mais propriamente, em um *alargamento do escopo descritivo da teoria*, o que se pode comprovar em seus textos. Três publicações suas têm sido fundamentais para o investigador iniciante: “Marked or unmarked, that is NOT the question, the question is: Where’s the theme?”, publicado no periódico *Ilha do Desterro* (2004), “Escrita e

Ensino: para além da gramática, com a gramática”, na revista *Delta* (2009), e “Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional”, aqui na MATRAGA (2009).

Mais recentemente, o Professor Carlos Gouveia coordenou a equipe portuguesa do projeto Formação de professores para o desenvolvimento da literacia na Europa / *Teacher Learning for European Literacy Education* (TeL4ELE). Esse projeto internacional buscou a formação de professores em pedagogia de gêneros e envolveu participantes da Suécia, do Reino Unido, da Dinamarca, de Portugal, da Espanha e da Austrália.

Como este número da MATRAGA tem seu foco na abordagem funcional da linguagem e como o Professor Carlos Gouveia tem sido um grande incentivador das pesquisas funcionalistas no Brasil, especificamente em sua vertente sistêmico-funcional, as entrevistadoras houveram por bem com ele dialogar sobre alguns pontos considerados fundamentais para o entendimento e para os avanços da Linguística Sistêmico-Funcional no cenário brasileiro.

Revista Matraga | Diante das mais recentes tendências da pesquisa linguística de cunho funcionalista e de tantas informações relevantes em termos teóricos e metodológicos para a compreensão da linguagem, por que a opção pela Linguística Sistêmico-Funcional?

Penso que a LSF se afirma sobretudo pela sua extensa capacidade de descrição e explicação dos fenômenos de base linguística (isto é, que têm no uso da língua parte da sua especificidade). Nesse sentido, ela é não apenas uma teoria de descrição gramatical, mas sobretudo uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana e do modo como o ser humano expressa significados e os comunica. Enquanto outras abordagens se fixam pela descrição dos sistemas linguísticos, a LSF, por via da sua atitude descritiva de estratificação do contexto (incorporando teoricamente noções como Registo e Género no seu quadro descritivo), procura compreender não apenas o funcionamento dos sistemas linguísticos, mas também os usos que deles são feitos e que ao longo de milhares de anos os moldam e transformam. Como há muito referiram Martin, Matthiessen and Painter (1997, p. 1), numa formulação muito feliz que insisto em repetir frequentemente, a gramática da língua determina e é determinada pelo modo como vivemos as nossas vidas¹. Nesse sentido, a LSF é também uma teoria geral do agir humano e da nossa capacidade de ação comunicativa. E diria mesmo que muitos dos desenvolvimentos mais recentes da LSF desbravam caminhos nesse sentido, por via do alargamento da sua capacidade descritiva e explicativa quer a diferentes esferas de atividade humana, quer a diferentes modalidades de ação/significação comunicativa.

¹ MARTIN, J. R., MATTHIESSEN, M. I. M. & PAINTER, C. **Working with Functional Grammar**. London: Arnold, 1997. p. 1. No original: “*Functional grammar (...) focuses on the development of grammatical systems as a means for people to interact with each other – functional grammar sees grammar as shaped by, and as playing a significant role in shaping, the way we get on with our lives*”.

Revista Matraga | Qual a relevância da aplicação do modelo teórico sistêmico-funcional, originalmente concebido para a Língua Inglesa, na análise de fenômenos da língua portuguesa, em particular?

Total. Relevância total. Pensada estritamente na sua vertente nuclear de teoria de descrição gramatical, será falso dizer que a LSF é uma teoria de descrição gramatical da língua inglesa. Ela é uma teoria de descrição gramatical, *tout court*. Nesse sentido, ela será tanto mais pertinente enquanto teoria quanto mais for capaz de descrever outras gramáticas, outras línguas. Tal como acontece com outras teorias de descrição gramatical, o escopo descritivo, as categorizações e o poder descritivo da teoria decorrem da língua que está a ser objeto de descrição, pelo que se espera que existam, naturalmente, diferenças de descrição entre a língua inglesa e a língua portuguesa. No essencial, porém, as categorias descritivas primordiais serão muito semelhantes, se não as mesmas, tratando-se, apesar de tudo, de duas línguas muito próximas. Neste nosso campo de trabalho, a aplicação de uma teoria nunca será apenas a aplicação de uma teoria, ela será sempre uma adaptação, porque haverá particularidades que são específicas da nova realidade que está sob o foco do olhar investigatório. Mas, mais corretamente, não será nem uma aplicação nem uma adaptação – expressões que denotam ambas uma visão estática da relação entre a teoria e a prática –, mas sim um alargamento do escopo descritivo da teoria. Uma teoria é dinâmica por natureza, pois é alimentada não só pela prática, como também pela reorientação descritiva do olhar sobre o objeto, que passa a ser múltiplo, na sua especificidade: não uma língua, mas várias.

O trabalho em questão, mais do que uma comparação com a língua inglesa – que, não por acaso, é uma língua muito *sui generis* do ponto de vista gramatical, tendo sofrido transformações que a tornam mais híbrida do que uma leitura tipológica ou histórico-filológica nos dá a entender – deve ser um trabalho de pensar a língua portuguesa a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da linguística sistêmico-funcional. Para quem investiga a língua portuguesa numa perspetiva sistêmica, as perguntas a colocar no ato descritivo não devem ser *O português também se manifesta assim?* ou *Isto também acontece em português?*, que apontam para horizontes que têm como base de comparação a língua inglesa; as perguntas a colocar devem ser *Quais os recursos para significar x?* ou *Como se negocia, representa ou comunica simbolicamente?*, a partir do potencial de significação da língua portuguesa.

Por exemplo, não me parece de todo que possamos avançar muito na descrição da inter-
 pessoalidade na língua portuguesa se nos cingirmos ao modo como esta se constrói na língua inglesa e às categorias usadas para a descrever em LSF. Há que alargar o escopo descritivo. Nesse sentido, considero mais relevante olhar para o que tem sido investigado e escrito sobre a língua portuguesa relativamente ao aspeto particular da sua gramática que nos interessa descrever do ponto de vista sistêmico-funcional, do que propriamente o que tem sido investigado e escrito do ponto de vista sistêmico-funcional sobre a língua inglesa relativamente a um aspeto semelhante da sua gramática.



Revista Matraga | O que é discurso na perspectiva sistêmico-funcional?

Eu diria que o discurso, na perspectiva sistêmico-funcional, reporta-se à construção e negociação de significados, para além da oração e da mera manifestação de uma qualquer atividade social. Nesse sentido, a noção de discurso em LSF não deve ser confundida com a noção de discurso da Análise do Discurso Crítica (ADC), que é sobretudo de base Foucaultiana. Na ADC, a matriz de caracterização do discurso é de base social e ideológica; na LSF, essa matriz é de base linguística e contextual. Na perspectiva da LSF, o texto é o objeto material resultante de um processo comunicativo, um produto complexo pleno de escolhas. Já o discurso, refletindo o papel constitutivo da significação na vida social, respeita o modo como as unidades determinantes da língua, nomeadamente a oração, articulam--se no texto. Atente-se na seguinte distinção proposta por Halliday entre texto e discurso: “os dois termos referem-se à mesma coisa, mas com uma diferença de ênfase. O discurso é o texto que está a ser visto no seu contexto sociocultural, enquanto o texto é o discurso que está a ser visto como um processo da língua. *Análise de texto e análise de discurso* sugerem prioridades um pouco diferentes, embora as duas sejam frequentemente usadas de forma intermutável”.²

Esta distinção parte de uma definição de texto, expressa em Halliday & Hasan (1976), que nos diz que “A palavra *texto* é usada em linguística para referir a qualquer passagem, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que forma um todo unificado. (...) Um texto é uma unidade da língua em uso. Não é uma unidade gramatical, como uma oração ou uma frase; e não é definido pelo seu tamanho [...]. Um texto é mais bem considerado como uma unidade *semântica*: uma unidade não de forma, mas de significado. Assim, está relacionado com uma oração ou frase não pelo tamanho, mas pela *realização*, a codificação de um sistema simbólico em um outro. Um texto não consiste em frases; é *realizado por*, ou codificado em frases.”³

A noção de discurso aponta, portanto, para o processo de codificação de significado que, tendo a oração como unidade central de processamento, reporta-se à organização do texto acima e para além da oração. Enquanto unidade não de forma, mas de significado, i. e., enquanto unidade semântica, como expresso no excerto que acabei de citar, o texto ganha vitalidade, pertinência e razão na semântica do discurso e nas escolhas seguidas para o operacionalizar.

² HALLIDAY, M. A. K. & WEBSTER, J. J. (Eds.). **Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum, 2009. p. 247. No original: “These two terms refer to the same thing, but with a difference of emphasis. Discourse is text that is being viewed in its sociocultural context, while text is discourse that is being viewed as a process of language. ‘Text analysis’ and ‘discourse analysis’ suggest somewhat different priorities, although the two are often used interchangeably.”

³ HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976. pp. 1-2. No original: “The word *text* is used in linguistics to refer to any passage, spoken or written, of whatever length, that does form a unified whole”. (...) A text is a unit of language in use. It is not a grammatical unit, like a clause or a sentence; and it is not defined by its size [...]. A text is best regarded as a semantic unit: a unit not of form but of meaning. Thus it is related to a clause or sentence not by size but by realization, the coding of one symbolic system in another. A text does not consist of sentences; it is realized by, or encoded in, sentences.”

Revista Matraga | Como o Finito se comporta em língua portuguesa?

Como o Finito se comporta em língua portuguesa? Apetece-me responder, “não sei!” Mas vou responder. Penso que a pergunta se baseia na minha apreciação do Modo Oracional em português, expressa em Gouveia (2010)⁴, em que afirmo que não há Finito em português. Gostaria de frisar que continuo convicto de tudo o que afirmei em tal texto. A única coisa que lamentamento é que ele não tenha sido objeto de discussão e de crítica, como deveria ter sido. Esperei uma maior reação da comunidade, com manifestações públicas de crítica, mas não aconteceu, ou pelo menos delas não tive conhecimento. Como costume dizer, não sou um gramático, sou um analista de discurso. A minha apropriação da LSF é por via da Análise do Discurso. Sempre que fui gramático fui gramático por força das circunstâncias, porque a isso fui obrigado. Ou seja, não podia continuar a fazer leituras e desconstruções de textos em português enviesadas por aplicações diretas e cegas da descrição do inglês. Com isso, ganhei um estatuto que não pedi, o de gramático de serviço, e que não tem muito a ver comigo e com os meus interesses de investigação.

Dito isso, e reiterando que continuo a achar que a negociação interpessoal em português se faz de um modo muito particular, sem que uma função de Finito tenha papel preponderante, considero que faltam estudos de descrição do funcionamento gramatical da língua portuguesa. Precisamos de mais um ou dois Giacomo Figueredo para termos descrições consistentes da língua portuguesa. O Giacomo é de facto a pessoa a quem se deve mais desse ponto de vista, mas precisamos de mais Giacomos. Há muito pouco trabalho nesse sentido e o grosso dele foi feito pelo Giacomo. Nas comunidades científicas de língua portuguesa, a LSF continua a ser sobretudo uma teoria e metodologia de análise de discurso. Precisamos que seja também, e fundamentalmente, uma teoria de descrição gramatical. Precisamos de gramáticos.

Revista Matraga | O que significa assumir uma concepção sistêmico-funcional no ensino e na aprendizagem da língua na escola básica?

Não sei exatamente se a pressuposição contida na pergunta é relevante, se não, já que não me parece ter cabimento assumir uma concepção sistêmico-funcional no ensino e na aprendizagem na escola básica. Que essa concepção deva ser funcional parece-me óbvio. Uma abordagem funcional tem várias vantagens, quanto mais não seja porque está mais próxima da realidade dos alunos em termos de uso da metalinguagem e das possibilidades de descrição, mas que ela seja de base sistêmico-funcional parece já demasiado. Não me parece que ao nível do ensino básico a questão deva ser colocada em termos de correntes, teorias ou escolas. Ela deve ser colocada, sim, em termos de perspectiva de olhar, em termos de realidade do objeto de descrição. Para mim este aspeto é algo muito relevante. Daí que seja algo em que normalmente insisto com os meus alunos da pós-graduação, e em particular com os que trabalham com língua estrangeira: temos

⁴ GOUVEIA, C. A. M. Towards a profile of the interpersonal organization of the Portuguese clause. *Delta*, 26(1): 1-24, 2010.

de ser consistentes no modo como construímos a realidade do objeto de estudo, isto é, não podemos ter uma visão comunicativa da língua, considerando-a uma realidade social concretizada (*instantiated*) na realidade material dos textos e depois providenciar uma definição da mesma que é sobretudo mental, descontextualizada e desfilada dos seus utentes diretos, os falantes. É por esta via que vejo a questão que foi colocada, isto é, é preciso introduzir na escola básica, na formação dos professores, inicial e contínua, uma conceção de língua de pendor comunicativo e funcionalista, que já está muito presente nas práticas dos professores de línguas estrangeiras, mas que não está nas práticas dos professores de língua materna e das outras disciplinas, e muito menos em quem tem o poder de alterar ou implementar políticas educativas. Ir mais longe do que isto em termos de escolha de uma teoria em detrimento de outra é prejudicial para os alunos, para a escola e para a comunidade, porque veicula a ideia de que a educação linguística vive de modas e modismos e de lutas entre quadros teóricos. O foco deve estar em aspetos que potenciem a aprendizagem e o seu sucesso, sem que se verifique uma filiação explícita num ou noutro quadro teórico. Seguir uma abordagem funcionalista e comunicativa na descrição já seria muito positivo.

Revista Matraga | Fale um pouco sobre os avanços obtidos pelo projeto de gêneros na Europa sob sua coordenação.

O projeto em causa – Formação de professores para o desenvolvimento da literacia na Europa / *Teacher Learning for European Literacy Education* (TeL4ELE) – foi um projeto Europeu que envolveu equipas de 5 países, mais um país externo (no caso a Austrália). Eu fui coordenador da equipa portuguesa, não do projeto. No âmbito desse projeto foi dada formação em pedagogia de género a sete formadores de professores por equipa nacional (35 formadores no total), tendo esses formadores depois a função de formarem professores do ensino básico e secundário em exercício nas escolas (3 professores por formador, num total de cerca de 105 professores). Formadores e professores do ensino básico e secundário participaram depois em diferentes ações de disseminação dos resultados e em diferentes ações de formação já fora do âmbito do projeto, atingindo assim um público mais vasto. No seguimento da minha resposta à pergunta anterior, penso mesmo que a maior conquista do projeto, pelo menos para a realidade portuguesa, foi a de tornar claro para os maiores intervenientes do processo educativo, os professores, que os textos são artefactos, objetos complexos, que requerem mais trabalho explícito de desconstrução com os alunos em sala de aula, que a forma também é conteúdo e que o conhecimento especializado e disciplinar se expressa discursivamente em textos, gêneros e práticas particulares associados às diferentes disciplinas. Tornou-se claro para a comunidade que é a língua portuguesa, sistema de produção de significados em contexto, que é transversal ao currículo, e não à Língua Portuguesa, disciplina curricular. Note-se que a formação de professores que foi efetuada no âmbito do projeto foi direcionada para todos os professores do ensino básico e secundário, e não apenas para os professores de língua. Dar formação de base linguística a professores de História, de Ciências Naturais, de Geografia, de Ciências Físico-Químicas etc, em conjunto com



professores de línguas, foi a grande conquista do projeto, que se traduziu em atribuir maior responsabilidade aos professores das várias disciplinas na formação linguística dos seus alunos e desconstruir junto dos professores de língua a ideia de que essa formação linguística é da sua inteira responsabilidade.

Revista Matraga | Como é a adesão/aceitação da LSF em Portugal hoje nas escolas e nas universidades?

A realidade portuguesa, em termos de investigação em linguística, continua a ser dominada por um paradigma que não é funcionalista. Basta olhar para o programa de um qualquer encontro nacional da Associação Portuguesa de Linguística, para se perceber tal facto. Mas as razões para esse domínio são múltiplas. Pessoalmente, já me referi a esses aspetos em dois momentos diferentes e não tenciono escrever mais sobre o assunto⁵. Mas o que é relevante nesta apreciação é o facto de todas as tentativas de implementação de alternativas ao paradigma dominantes serem residuais e muitas delas não terem sequer a noção da realidade de investigação nacional em que estão inseridas, isto é, o facto de trabalharem nas margens do sistema não é sequer uma caracterização de que estejam conscientes. Neste quadro geral, é difícil falar de adesão/aceitação da LSF em Portugal. Eu diria que o processo tem sido lento, mas eficaz. Há hoje muito mais investigadores a trabalhar em LSF em Portugal do que havia 25 anos atrás, por exemplo. E do ponto de vista da formação inicial e contínua de professores há pelo menos dois centros irradiadores de formação, um em Leiria, associado ao Instituto Politécnico de Leiria, e outro em Lisboa, associado à Universidade de Lisboa. São cada vez mais os diplomados do ensino superior que tiveram algum tipo de formação em LSF no seu currículo. E são também cada vez mais os diplomados que reconhecem valor e pertinência à LSF, para apreciação dos fenómenos linguísticos e multimodais do nosso quotidiano. Mas o mais determinante seja talvez o facto de as próprias estruturas políticas reconhecerem de alguma forma a pertinência da teoria e terem incorporado, em algumas das instituições nacionais, práticas que são devedoras dos ensinamentos da LSF. Veja-se, por exemplo, os exames e provas de aferição nacionais realizados pelo IAVE (Instituto de Avaliação Educativa), em particular as provas de Português Língua Segunda (vd, por exemplo, <https://iave.pt/wp-content/uploads/2021/09/PF-PLS-DivulgacaoPublica-2021-1.pdf>), normalmente construídas segundo um percurso perfeito de *scaffolding*, que culmina com a produção de um texto de um dado género.

Em síntese, a aceitação/adesão da LSF em Portugal tem sido lenta, mas com algum sucesso. E a esperança continua.

⁵ GOUVEIA, C. A. M. A Linguística e o Consumidor: Teoria, Política e Política da Teoria. In: **XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**: Textos Seleccionados, Porto, 2005. Porto: Associação Portuguesa de Linguística, 2006. pp. 427-433.